



Plenário vai analisar com urgência o aumento dos repasses para o FPM

Aumento do repasse da União às prefeituras ganha urgência

O reforço de 1% nos repasses da União ao Fundo de Participação dos Municípios, aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça, ganhou calendário especial para agilizar tramitação no Plenário. O requerimento de urgência para votar a mudança constitucional

foi aprovado ontem pelos senadores.

Emenda apresentada pelo relator, Armando Monteiro, escalonou o aumento da alíquota até 2021, quando a previsão é um acréscimo de R\$ 5,6 bilhões para os cofres municipais. Em 2018, o aumento é de R\$ 1,1 bilhão. **7**

Aprovado texto que torna crime porte de faca e canivete

Andar com armas brancas pode passar a ser crime, punível com 3 anos de detenção e multa. Projeto foi aprovado ontem no Senado e deve seguir para análise da Câmara

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem projeto que torna crime o porte de armas brancas, como faca, canivete e estilete. Aprovado em decisão final, o texto deve seguir diretamente para a Câmara dos Deputados. A pena para quem andar com armas brancas será, pela proposta, de um a três anos de detenção mais multa. A medida não afeta, porém, o uso de artefatos cortantes ou perfurantes em trabalho ou arte. **4**



Antonio Anastasia e Valdir Raupp, que relatou a proposta aprovada ontem

Bioquerosene para aviação é aprovado e vai à Câmara **3**

Embaixador é escolhido para países africanos **6**

Avança projeto sobre professores substitutos **3**

Plenário aprova economista para direção no Dnit **6**

Redução de ICMS para aviação é rejeitada **3**



O relator da CPI, deputado Carlos Marun, e o senador Ataídes Oliveira ouvem o ex-procurador Marcello Miller

“Atuei para JBS, mas não cometi crime”, diz Miller

O ex-procurador da República Marcello Miller admitiu em depoimento ontem à CPI mista da JBS que atuou para o grupo J&F enquanto ainda fazia parte do Ministério Público no processo de acordo de leniência, mas disse que não cometeu nenhum crime.

A resposta não convenceu integrantes da CPI. O presidente da comissão, Ataídes Oliveira, apresentou cronologia que, segundo ele, demonstra que Miller assessorava a JBS desde fevereiro, mais de dois meses antes de deixar o cargo público. **8**

Eike afirma que empréstimos do EBX tiveram garantia de bancos

O empresário Eike Batista disse à CPI do BNDES que os empréstimos obtidos com a instituição para o Grupo EBX, do qual é dono, foram cancelados. E, quando conseguidos,

contaram com a garantia de bancos privados. Dessa maneira, ele afirmou que não tem dívidas com o BNDES. Para Eike, os projetos do Grupo EBX beneficiaram o Brasil. **8**



Eike Batista e os senadores Davi Alcolumbre e Roberto Rocha na CPI do BNDES

Morador de zona rural pode ter direito a posse de arma de fogo

Projeto aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça autoriza moradores da zona rural com mais de 21 anos a adquirir uma arma de fogo para a segurança de sua família e propriedade.

O porte de arma permanece proibido nessa situação.

Aprovado em caráter terminativo, o texto será enviado à Câmara se não houver recurso para votação em Plenário. **4**

Vai a Plenário texto que agrava penas do crime de feminicídio

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou e agora o Plenário deve votar o projeto que agrava a pena de prisão aplicável ao feminicídio se o crime for praticado durante medida protetiva

prevista na Lei Maria da Penha. A proposta também prevê outros casos em que a pena será aumentada, como matar diante de uma câmera e divulgar o crime pela internet. **5**

Falta verba para o São Francisco, aponta debate

Debate na Comissão de Desenvolvimento Regional mostrou que as verbas para a revitalização da Bacia do Rio São Francisco são insuficientes para conter o assoreamento. **6**

Sessão lembra 100 anos da Assembleia de Deus no AM

Parlamentares e convidados lembraram os serviços prestados pela igreja ao estado. Segundo o senador Omar Aziz, a Assembleia de Deus faz intenso trabalho social nas comunidades em que está presente

O CONGRESSO NACIONAL prestou homenagem ontem à Igreja Assembleia de Deus pelos 100 anos de sua presença no estado do Amazonas, a serem completados em 1º de janeiro.

A sessão solene foi pedida pelo senador Omar Aziz (PSD-AM) e pelo deputado federal Silas Câmara (PRB-AM). Os parlamentares amazonenses defenderam a celebração do centenário da chegada da Assembleia de Deus ao Amazonas pelo serviço prestado no estado e por seu papel na evangelização.

Omar Aziz afirmou que a igreja tem realizado um in-

tenso trabalho de assistência ao povo amazonense.

— As grandes obras da Assembleia de Deus frutificaram e continuam a render preciosos frutos em nossos estados, pelas mãos de pastores, evangelistas e diáconos e todos que fazem parte da densa história dessa instituição no meu estado — disse o senador.

Silas Câmara destacou que a Assembleia de Deus tem prestado serviços na área de ressocialização de presos, na educação e na política do Amazonas. Para o deputado, as igrejas precisam continuar fazendo o trabalho de ação so-

cial nas comunidades em que estão presentes. Atualmente são mais de 3 mil templos espalhados pelo estado, onde a igreja conta com cerca de 300 mil membros.

O bispo Robson Rodvalho, fundador da Igreja Sara Nossa Terra, convidado para a sessão, afirmou que a Assembleia de Deus teve influência em todo o território brasileiro.

— Todo o Brasil é devedor da Igreja Assembleia de Deus. Não existe, na sociedade brasileira, igreja, partido político, universidade, faculdade que não tenha gratidão à Igreja Assembleia de Deus — afirmou Rodvalho.



Deputado Silas Câmara (2º à esq.) e senadores Magno Malta e Omar Aziz entre os participantes da sessão especial

Avança regularização de centro cultural do TSE

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem proposta que cria e regulamenta o funcionamento do Centro Cultural da Justiça Eleitoral (CCJE), no município do Rio de Janeiro.

O centro já foi instalado por meio de resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mas, para que possa interagir legal-

mente com as universidades e o setor privado, é necessária a regularização via projeto de lei.

O PLC 142/2017 segue para votação em regime de urgência no Plenário.

De acordo com o relator, senador Edison Lobão (PMDB-MA), a implantação do centro cultural viabiliza a revitalização da antiga sede

do TSE, de 1896, um prédio de valor histórico.

Situado no chamado Corredor Cultural do Centro Histórico do Rio de Janeiro, ao lado dos principais centros culturais e museus da cidade, o imóvel integra o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Praça XV, tombado pelo governo federal em 1990.

Mulheres apontam importância das parteiras

Parteiras dos estados do Amapá, de Pernambuco e de Goiás participaram na terça da 48ª Pauta Feminina para discutir a valorização do papel das parteiras tradicionais.

Organizado pela Procuradoria Especial da Mulher do Senado e pela Secretaria da Mulher da Câmara, o encontro faz parte da programação dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher.

A deputada federal Janete Capiberibe (PSB-AP) lamentou o desmonte, no Amapá, de uma política pública voltada para as parteiras tradicionais.

Procuradora Especial da Mulher no Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) fez um paralelo entre a luta das parteiras e a batalha pelo reconhecimento dos “soldados da borracha” — brasileiros levados para a Amazônia na

Segunda Guerra Mundial para extrair borracha destinada aos Estados Unidos.

— Depois de muita luta, conseguimos aprovar uma emenda constitucional para repará-los [os “soldados da borracha”], e eu me comprometo, aqui, junto com a deputada Janete, a ser uma guerreira pelo reconhecimento do valor do trabalho das parteiras — afirmou Vanessa.

Eunício: jogos de azar têm que atender a sociedade

O projeto que amplia a legalização de jogos de azar “só tem sentido se os impostos forem beneficiar a sociedade”, sendo investidos em segurança pública e saúde, disse o presidente do Senado, Eunício Oliveira.

— Não é uma pauta prioritária do Congresso. Se for apenas para legalizar o mundo empresarial que vive na clandestinidade, não tem sentido.

O PLS 186/2014, de Ciro Nogueira (PP-PI), autoriza a

exploração de jogos on-line ou presenciais no território nacional.

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Edison Lobão (PMDB-MA), marcou a votação do projeto para a quarta-feira.

Lindbergh critica governo Temer e reajustes de preços

Lindbergh Farias (PT-RJ) criticou na terça-feira o governo Temer e o



impeachment de Dilma Rousseff, que, para ele, foi um golpe da extrema direita. O senador disse ainda que o reajuste da gasolina e do botijão de gás promovido pelo governo prejudica a população.

— No Brasil, a gente está voltando a ver fogão a lenha. Os preços subiram enlouquecidamente. E eles diziam que era só tirar a Dilma que a economia iria melhorar.

Kátia Abreu: cúpula do PMDB envergonha o país

Kátia Abreu (sem partido-TO) disse ontem que sua expulsão do PMDB foi resultado de uma ação da



cúpula atual da legenda, que, segundo a senadora, é oportunista e envergonha o país com os casos de corrupção.

Ela lembrou que, em 23 anos de vida pública, jamais envergonhou o Tocantins com acusações de apropriação de dinheiro público. E que, mesmo assim, os dirigentes do PMDB preferiram expulsá-la.

Paulo Bauer reage a ataques de senador do PT

O líder do PSDB, Paulo Bauer (SC), contestou as críticas de Lindbergh Farias (PT-RJ) aos tucanos.



Para Bauer, “os tucanos não estão em depressão, não andam de cabeça baixa e não têm do que se envergonhar”.

Ele lembrou que o partido foi o campeão de votos na última eleição municipal. Em 2016, os tucanos receberam 17,6 milhões de votos, número 25% maior que o registrado em 2012. Já o PT, disse Bauer, ocupou a quinta posição, tendo perdido 60% dos votos.

Para Elber, políticos têm que resgatar moralidade

Elber Batalha (PSB-SE) disse ontem que os políticos têm o dever de resgatar a moralidade e a credibilidade da sociedade em seus representantes.



Em sua primeira participação da tribuna, o senador afirmou que é preciso que os parlamentares assumam compromissos com os eleitores e em memória daqueles que lutaram pela redemocratização.

— Esse resgate é urgente, pois o descrédito da política leva à desvalorização da democracia.

ERRATA

Diferentemente do informado na reportagem “Estados devem ser protagonistas no combate à violência, diz relator”, publicada ontem na pág. 8, Humberto Viana é secretário nacional de Políticas sobre Drogas, e não diretor da Senat.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CPMI DA JBS Depoimento

9h Ex-consultor da Odebrecht, Rodrigo Tacla Duran falará por videoconferência.

CRE Marinha

9h Dois itens: o PLC 147/2017, que reestrutura o quadro de oficiais da Marinha, e o PDS 214/2017, que aprova o Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco, assinado em Seul, na Coreia do Sul, em 2012.

CMO Obras no PLOA 2018

10h Reunião. Às 14h30, audiência para esclarecer indícios de irregularidades em obras que constam do PLOA de 2018.

PLENÁRIO Debate temático

11h Sessão deliberativa. Às 14h, debate temático sobre a defesa da soberania.

CDR Importância do Fundeb

14h O ciclo de debates sobre a importância do Fundeb para o desenvolvimento regional chega a Aracaju.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Rejeitada redução de ICMS de combustível de aviação

Proposta de Randolfe Rodrigues relatada por Telmário Mota fixa em até 12% a alíquota do imposto, mas senadores questionaram a constitucionalidade e o real impacto sobre o preço das passagens aéreas

O PLENÁRIO DO Senado rejeitou ontem o projeto que reduz o ICMS sobre o combustível de aviação. Foram 43 votos a favor e 17 contrários, além de uma abstenção. Para a aprovação, a exigência era de no mínimo 54 votos.

O texto (PRS 55/2015) fixa em 12% o limite do ICMS sobre o combustível de aviação usado em voos dentro do país. A medida valeria para transporte aéreo regular, não regular e serviços aéreos especializados.

O combustível é considerado o item que mais influencia os custos operacionais das companhias aéreas. Atualmente, a alíquota de ICMS sobre combustível varia de 12% a 25%, dependendo do estado onde ocorre o abastecimento.

O texto original, de Randolfe

Rodrigues (Rede-AP), fixava o limite em 18%. Com as mudanças feitas pelo relator, Telmário Mota (PTB-RR), o teto ficou em 12% e a palavra “querosene” foi substituída por “combustível” de aviação. A alteração, de Vicentinho Alves (PR-TO), beneficia as empresas que usam gasolina de aviação.

Debate

Paulo Bauer (PSDB-SC) disse que seu estado perderia recursos. Bauer, Ana Amélia (PP-RS), Waldemir Moka (PMDB-MS), Antonio Anastasia (PSDB-MG) e Marta Suplicy (PMDB-SP) questionaram a constitucionalidade da proposta. José Serra (PSDB-SP) chamou o texto de “aberração”.

Simone Tebet (PMDB-MS)

disse que a medida poderia retirar recursos de outras áreas, como educação e saúde. Para Roberto Requião (PMDB-PR), é “uma ilusão” achar que o preço da passagem poderia baixar.

Jorge Viana (PT-AC) defendeu a proposta como uma tentativa de diminuir os custos da passagem aérea sem sacrificar os estados. José Maranhão (PMDB-PB) classificou o projeto como “salutar”. Para Reguffe (sem partido-DF), a redução de impostos é um benefício para o consumidor, pois pode colaborar com passagens mais baratas.

Apesar dos argumentos apresentados pelos senadores que defendiam o projeto, a medida não conseguiu apoio suficiente e foi rejeitada em Plenário.

Aprovado programa de bioquerosene para aviação

Com 15 votos a favor e nenhum contrário, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem, em decisão final, o projeto que cria o Programa Nacional do Bioquerosene como incentivo à sustentabilidade ambiental da aviação brasileira.

O autor do PLS 506/2013, Eduardo Braga (PMDB-AM), quer promover o desenvolvimento de tecnologia limpa para a produção de biocombustível à base de biomassas, sem concorrer com a produção alimentar no país.

Em seu relatório favorável, Valdir Raupp (PMDB-RO) argumenta que o Brasil precisa buscar opções diante do

custo do querosene da aviação, que chega a cerca de 40% dos custos das empresas aéreas, enquanto em outros países a



Relator, Valdir Raupp fez mudanças para evitar gastos com adaptação

média não passa de 30%.

O relator sugeriu mudanças no projeto, para deixar explícito que são requisitos para a inserção nos benefícios do programa que o biocombustível resultante dessas pesquisas seja compatível com as tecnologias de propulsão atuais, para não serem necessárias alterações nos motores, aeronaves e infraestrutura de distribuição existentes e não haja comprometimento da segurança no sistema de aviação. Emenda do relator retirou previsão de ampliar recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide-Combustíveis) para financiar essas pesquisas.

Lídice da Mata relata dificuldades da indústria aeronáutica

Lídice da Mata (PSB-BA) destacou as dificuldades dos fabricantes de aviões de pequeno porte para que a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) faça as vistorias nas aeronaves que já estão prontas para ter a comercialização liberada.

Na Bahia, disse, uma das três empresas do ramo está há três anos com cinco aviões prontos para entrega parados, aguardando vistoria da Anac. Para a senadora, o Brasil precisa incentivar a indústria aeronáutica e não colocar empecilhos ao seu desenvolvimento.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ângela Portela comemora transferência de funcionários à União

Ângela Portela (PDT-RR) comemorou ontem a aprovação pela Câmara da proposta de emenda à Constituição que transfere para a administração pública federal os servidores públicos dos ex-territórios de Roraima e Amapá (PEC 199/2016).

— Essa proposta é uma histórica reivindicação desses servidores, que desempenharam suas funções nos órgãos do território e do estado de Roraima, prestaram serviços à população em um momento difícil da estruturação do nosso estado — disse a senadora.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Telmário celebra avanço de PEC sobre servidores de ex-territórios

Telmário Mota (PTB-RR) elogiou a aprovação pela Câmara da PEC 199/2016, que transfere para a administração pública federal os servidores públicos dos ex-territórios de Roraima e Amapá.

O senador disse que os servidores aguardam há 30 anos pela definição. Ele fez um apelo ao ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, para que crie logo a comissão para analisar a documentação dos servidores roraimenses.

— Eu quero ver esse enquadramento antes das eleições.



Pedro França/Agência Senado

Texto obriga rede pública a ter professores substitutos

A rede pública de ensino pode ser obrigada a manter professores substitutos para garantir a continuidade do ensino nas hipóteses de afastamento temporário dos docentes. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 532/2009, que insere essa norma na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996), de Cristovam Buarque (PPS-DF), foi aprovado ontem por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A relatora da proposta na CCJ, Ângela Portela (PDT-RR), apoiou a iniciativa de Cristovam e apresentou emenda para estabelecer a obrigação sem definir quantitativo. No projeto, o senador fixava em 5% o contingente de professores substitutos.

A proposta já foi aprovada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e agora poderá seguir para a Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para votação do texto em Plenário.

Servidor contaminado com DDT pode ser indenizado

Antigos servidores da extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam) poderão receber indenização de R\$ 100 mil caso tenham sido contaminados pelo dicloro-difenil-tricloroetano (DDT). A possibilidade de indenização consta da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 17/2014, de Valdir Raupp (PMDB-RO), aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O texto segue para o Plenário.

A intenção é compensar os antigos “guardas da Sucam”, funcionários que aplicavam o DDT no combate a doenças endêmicas como malária e febre amarela. Esses agentes tinham contato com a substância, altamente tóxica, mas utilizada em larga escala no

Brasil durante décadas.

Ao justificar a iniciativa, Raupp explicou que a fabricação, a importação, a exportação, a manutenção em estoque, a comercialização e o uso do inseticida DDT estão proibidos no Brasil graças à Lei 11.936/2009, proposta pelo ex-senador Tião Viana.

— O Estado brasileiro banuiu um produto conhecido como nocivo ao meio ambiente e ao ser humano sem, entretanto, cuidar da saúde daqueles que foram prejudicados pela negligência nacional, que passaram anos manuseando de forma inadequada produto tão nocivo à saúde — argumentou o senador, lembrando que muitos trabalhadores morreram ou se encontram inválidos por contaminação pelo pesticida.



Relator, Gurgacz incluiu subemenda sobre a reabilitação dos servidores

Marcos Oliveira/Agência Senado

HÁ 30 ANOS

Ulysses Guimarães elogia projeto e conclama os constituintes ao voto

O ato de entrega à Assembleia Constituinte do projeto de Carta Magna pela Comissão de Sistematização foi o destaque do *Jornal da Constituinte* de 30 de novembro de 1987. “É um documento de alta qualidade e representa pelo menos 80% de consenso. Eu o assinaria”, declarou o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, ao receber a proposta. Ele conclamou os constituintes ao voto e pediu diálogo para a negociação dos pontos controversos.

Veja esta edição do *Jornal da Constituinte*: <http://bit.ly/JornalConstituinte27>



Senador Edison Lobão (D) preside sessão da Comissão de Constituição e Justiça em que se aprovou projeto

Vai à Câmara texto que torna crime porte de arma branca

Portar faca, canivete e estilete pode virar crime, punido com detenção e multa. Medida não afeta uso de artefato perfurante em trabalho ou arte

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem em decisão final o projeto de lei do senador Raimundo Lira (PMDB-PB) que torna crime o porte de arma branca, como faca, canivete e estilete.

Se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado, o projeto será enviado direto para a Câmara.

O PLS 320/2015 estabelece

como punição pelo porte de arma branca detenção de um a três anos e multa.

Paralelamente, explicita que não constitui crime portar artefato perfurante, cortante ou contundente para uso em ofício, arte ou atividade para o qual foi fabricado.

O relator do projeto, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), disse que a utilização crescente de armas brancas para o cometimento de crimes revela a necessidade de endurecimento do tratamento penal dado à questão.

O delito é enquadrado atualmente na Lei de Contravenções

Penais.

— Entendemos que a conduta de porte de arma, ainda que branca, apresenta grave potencial lesivo incompatível com a criminalização por meio de mera contravenção penal — argumentou Raupp no seu parecer.

Por ter conteúdo semelhante, o PLS 320/2015 tramitava em conjunto com o PLS 311/2015, do senador Romero Jucá (PMDB-RR).

Raupp reconheceu a similaridade entre os dois projetos, mas optou por rejeitar o de Jucá ao avaliar como “sutilmente superior” a redação do PLS 320.

Morador do campo pode ser autorizado a ter arma

Moradores da zona rural poderão ser autorizados a adquirir arma de fogo para utilizar na segurança de sua família e propriedade. O PLS 224/2017, de Wilder Morais (PP-GO), autoriza apenas a posse da arma — e não o porte — e foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O relatório, de Sérgio Petecão (PSD-AC), recebeu 11 votos a favor, cinco contrários e uma abstenção. Se não houver recurso para votação pelo Plenário, o PLS 224/2017 será enviado à Câmara.

Os interessados precisarão ser maiores de 21 anos, apresentar documento de identificação pessoal, comprovante de moradia e atestado de bons antecedentes. Essas exigências já são feitas para quem mora na zona rural e atua como caçador

para prover sua família. Mas o Estatuto do Desarmamento estipula a idade mínima de 25 anos para o caçador de subsistência ter o porte de arma concedido pela Polícia Federal.

O uso será permitido para utilização apenas nas propriedades que “não raro encontram-se a centenas de quilômetros de um posto policial, o que coloca inúmeras famílias à mercê do ataque de crimino-

sos ou até mesmo de animais silvestres”, escreveu Wilder na justificativa do projeto.

Os senadores contrários à iniciativa temem pelo aumento da violência no campo.

— Vocês não estão pensando nos efeitos colaterais dessa medida e estão desestruturando uma política correta, prevista no Estatuto do Desarmamento — protestou Lindbergh Farias (PT-RJ).



Antonio Anastasia, Wilder Morais e Sérgio Petecão na votação do projeto

Elucidação de crimes entrará em banco de dados

Vai a Plenário proposta que muda a lei sobre o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp) para determinar que os estados encaminhem ao banco de dados taxas de elucidação de crimes.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 35/2015 foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), com parecer favorável de Simone Tebet (PMDB-MS).

Pelo texto, a inclusão dos dados deve ser feita de forma padronizada e categorizada, com divulgação na internet.

O Sinesp é uma das ferramentas usadas para a coleta de dados sobre segurança pública, gerando informações para a condução de políticas do setor. Atualmente, os estados devem enviar ao sistema vários tipos de dados, como ocorrências criminais, registro de armas de fogo, pessoas desaparecidas, execução

penal e sistema prisional, condenações, penas e mandados de prisão. Porém, a taxa de elucidação dos crimes não está na lista.

O autor do projeto, deputado Pedro Paulo (PMDB-RJ), argumenta que a análise das estatísticas criminais é fundamental para a gestão e que a omissão desses dados compromete as ações de combate à violência, além de ressaltar que essa taxa é indicador da eficiência da polícia.

Vai a Plenário PEC que garante verba para fundo de segurança

Os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) não poderão ser contingenciados de acordo com proposta de Emenda à Constituição (PEC) aprovada ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O texto segue para o Plenário.

A PEC 118/2011, do ex-senador Pedro Taques, ataca uma queixa frequente dos responsáveis pela segurança pública no Brasil: a falta de recursos provocada pelos cortes no Orçamento do governo. Em 2010, exemplifica o autor na justificativa da proposta, apenas 51% do FNSP foi

efetivamente executado. O restante foi contingenciado (retido) pelo governo.

O fundo destina-se, entre outras atividades, a reequipar, treinar e qualificar polícias e sistemas de inteligência. Um levantamento feito pela relatora, Simone Tebet (PMDB-MS), com base nos dados do Siga Brasil, mostra que de R\$ 4,4 bilhões autorizados nos Orçamentos entre 2012 e 2017, o FNSP gastou apenas R\$ 1,9 bilhão.

— Os sucessivos contingenciamentos do fundo impediram que maciços investimentos fossem realizados em segurança pública — disse.

Quatro projetos sobre segurança pública avançam no Senado

A senadora Simone Tebet (PMDB-MS) finalizou ontem a leitura de relatórios sobre quatro projetos de lei na área de segurança pública. As propostas tramitam na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), presidida pelo senador Edison Lobão (PMDB-MA), que concedeu vista coletiva para que os parlamentares tenham mais tempo para analisar os textos.

Todos os projetos receberam voto favorável da relatora. O primeiro deles, o PLS 285/2016, do senador Wilder Morais (PP-GO), estabelece que as armas apreendidas, quando não mais interessarem ao processo penal, sejam doadas para as Forças Armadas e para os órgãos de segurança pública da União e dos estados.

O segundo projeto é o PLS 210/2017, do senador Magno Malta (PR-ES), que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para prever a informatização da identificação plantar e digital do recém-nascido e o seu acesso pela polícia e pelo Ministério Público, independentemente de autorização judicial.

A terceira proposição é o PLS 167/2017, também do senador Wilder Morais, que disciplina o uso de veículos aéreos não tripulados (drones) pelos órgãos de segurança pública.

O quarto projeto é o PLS 391/2014, do senador Eduardo Amorim (PSDB-SE), que obriga que as armas de fogo do acervo de colecionadores sejam mecanicamente inaptas para efetuar disparos.

Conab pede apoio para prorrogar subvenção a pequenos criadores

O presidente da Conab, Francisco Marcelo Bezerra, pediu ontem o apoio do presidente do Senado, Eunício Oliveira, para a prorrogação da Portaria 780/2017 do Ministério da Agricultura, que beneficia pequenos criadores do Norte e do Nordeste.

Eunício disse que vai conversar com Michel Temer e com o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, em favor da prorrogação da medida, que tem assegurado suprimento regular de milho a esses estados, que sofrem com a seca.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

João Alberto registra 56 anos da cidade de Lago Verde, no MA

João Alberto Souza (PMDB-MA) registrou ontem os 56 anos do município de Lago Verde, no Maranhão.



O senador cumprimentou a administração do município, que, segundo ele, tem crescido apesar do “momento difícil” do país.

João Alberto cumprimentou a administração atual do município, assim como as anteriores, que, segundo afirmou, têm contribuído para o crescimento da cidade.

O senador cumprimentou também os vereadores do município e anunciou sua presença na cidade para prestigiar os eventos de comemoração do aniversário.

Comissão aprova novas penas para feminicídio

Texto que segue para o Plenário agrava punição se crime for praticado durante medida protetiva, for filmado ou atingir pessoa com doença degenerativa física ou mental

A PENA DE prisão aplicável ao feminicídio poderá ser aumentada se o crime for praticado em descumprimento de medida protetiva de urgência prevista na Lei Maria da Penha. O agravamento está previsto em projeto aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

De acordo com o PLC 8/2016, que segue para análise do Plenário, o aumento da pena em um terço ou metade poderá ocorrer ainda quando o delito for praticado contra pessoa portadora de doenças degenerativas que acarretam condição limitante ou de vulnerabilidade física ou mental. O crime receberá igual tratamento se também for cometido na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima.

— É uma importante proposição que deve ser aprovada com a maior brevidade possível — afirmou o relator, senador Eduardo Lopes (PRB-RJ).

Diante dos protestos de senadores como Lindbergh Farias (PT-RJ), contrário ao agravamento de penas, a senadora Simone Tebet

(PMDB-MS) esclareceu que a proposta apenas atualiza as situações agravantes que já estão previstas na lei. A pena já é aumentada, por exemplo, se a morte for cometida na frente de um filho da vítima.

Gravação

O texto inclui o agravante caso a morte seja executada diante de uma câmera e divulgada pela internet. E, assim como já é mais grave matar uma mulher deficiente, é considerado mais um complicador cometer o crime contra alguém com mobilidade reduzida por ser portadora de doença incapacitante, explicou a senadora.

— O projeto não aumenta penas, só as estende em casos já previstos, atualizando o Código Penal para situações mais modernas, seja na parte de informática, da internet, seja nas novas doenças — explicou.

Marta Suplicy (PMDB-SP) também comemorou a aprovação do projeto “neste momento em que pessoas questionam a tipificação do crime de feminicídio na legislação, por considerá-la



Relator na Comissão de Constituição e Justiça, Lopes defende que a proposta seja aprovada rapidamente

desnecessária” (veja abaixo).

A pena de reclusão para o feminicídio pode variar de 12 a 30 anos, sem considerar condições agravantes.

O feminicídio entrou para o Código Penal como uma qualificadora do crime de homicídio, no rol dos crimes hediondos. A alteração ocorreu a partir da Lei 13.104/2015, derivada de projeto da Comissão Mista da Violência contra a Mulher.

Vanessa destaca realização de campanha no Brasil pelo fim da violência contra as mulheres

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) informou que teve início em 20 de novembro a campanha 16 Dias mais Cinco de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres. O objetivo é mostrar números, debater o tema e reforçar a importância da Lei Maria da Penha.



A campanha, que em outros países é realizada de 25 de novembro a 10 de dezembro, foi antecipada no Brasil para coincidir com o Dia da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro. Aqui, as mulheres negras são as principais vítimas da violência, explicou.

Advogada pede que termo seja mantido em código

A advogada criminal Luiza Nagib Eluf condenou a sugestão legislativa que pede a retirada do termo feminicídio do Código Penal, em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A SUG 44/2017, de iniciativa popular, pede a revogação da lei que prevê o feminicídio como um tipo de homicídio qualificado.

A Lei do Feminicídio (13.104/2015) tipifica e qualifica o homicídio motivado pela “condição de sexo feminino” da vítima. Os homicídios qualificados têm penas que vão de 12 a 30 anos, enquanto os simples preveem reclusão de 6 a 12 anos. Segundo a advogada, o feminicídio não exclui os demais crimes de homicídio

praticados contra as mulheres. Luiza destacou que a Lei Maria da Penha (11.340/2006) complementa o tipo penal descrito no feminicídio.

Crime passional

Luiza destacou ainda que o chamado crime passional, muitas vezes usado para justificar crimes contra as mulheres, não está descrito no Código Penal.

— É uma criação patriarcal para justificar a agressão contra a mulher — declarou.

Em crítica à sugestão, que é de iniciativa popular, a advogada afirmou que não faz sentido uma pessoa se sentir prejudicada pela existência do termo no Código Penal, “a não ser que esteja planejando

matar uma mulher por razões do gênero feminino”.

O autor da ideia legislativa é Felipe Medina, de Minas Gerais. Para ele, “o feminicídio é um termo totalmente infundado que fere o princípio de igualdade constitucional”. A sugestão foi feita em maio e no mês de agosto reuniu os 20 mil votos de apoio para se tornar uma sugestão legislativa e ser analisada pela CDH.

A requerente da audiência, Marta Suplicy (PMDB-SP), indicou que a taxa de feminicídios no país é a quinta maior do mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). A presidente da CDH, Regina Sousa (PT-PI), é relatora da proposta e afirmou que votará pela rejeição.

Servidor que estuda deverá comprovar frequência escolar

O servidor público que estiver estudando terá de comprovar a frequência às aulas à instituição de ensino em que está matriculado para ter direito à concessão de horário especial. É o que prevê projeto de Acir Gurgacz (PDT-RO) aprovado, por unanimidade, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) ontem. O PLS 397/2013 é terminativo na comissão, ou seja, poderá seguir para a Câmara e só será examinado pelo Plenário do Senado se houver recurso.

A proposta altera o artigo 98 do Regime Jurídico Único, que garante horário especial aos servidores públicos que estudam quando comprovarem

incompatibilidade entre o horário escolar e o do trabalho, sem prejuízo para o exercício do cargo. A lei determina que a carga horária mínima de duração do trabalho seja compensada, mas não exige a comprovação de frequência às aulas.

O texto aprovado também deixa explícito que o servidor estudante não deverá sofrer perda salarial nem de promoção na carreira no órgão onde atua por estar em gozo do horário especial.

Para a relatora na CCJ, Ângela Portela (PT-RR), a proposta confere mais garantia à administração, sem prejudicar o direito dos servidores.

Randolfe critica tentativa de minar Operação Lava Jato

A Carta do Rio de Janeiro, uma declaração dos procuradores que atuam na Operação Lava Jato, foi lida ontem em Plenário por Randolfe Rodrigues (Rede-AP). No documento, os procuradores criticam as ações políticas que buscam minar o combate à corrupção.

Também alertam para a responsabilidade do eleitor de votar em parlamentares com passado limpo e compromisso democrático. O senador disse haver tentativas de obstruir o trabalho do Ministério Público e limitar a autonomia da Polícia Federal.

Helio José: governo mente sobre reforma da Previdência

Hélio José (Pros-DF) criticou ontem a reforma da Previdência proposta pelo governo. Ele mencionou dados do TCU e do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal que tornariam injustificável a proposta de Temer.

— Estamos vendo aí R\$ 95 milhões sendo gastos com a Previdência para mentir para a população brasileira com relação à reforma da Previdência. Nós não podemos admitir isso.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Humberto lamenta situação de crianças que trabalham

Pesquisa do IBGE divulgada ontem mostra que 1,8 milhão de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos trabalhavam no Brasil em 2016, lamentou Humberto Costa (PT-PE).

O senador disse que, das crianças em situação de trabalho ilegal, 64% são negras ou pardas. Para ele, isso comprova que são as parcelas mais frágeis da população as mais prejudicadas por mudanças nas regras trabalhistas e pelo cancelamento de programas sociais.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Trabalho infantil deve ser crime, defende Paulo Rocha

A agricultura é o setor que mais emprega menores de forma ilegal, disse Paulo Rocha (PT-PA) com base em pesquisa do IBGE segundo a qual, em 2016, 1,8 milhão crianças entre 5 e 17 anos trabalhavam. O senador lembrou ser autor de projeto, já aprovado no Senado e aguardando exame na Câmara, que torna crime o trabalho infantil e prevê pena de reclusão de dois a quatro anos para quem explorar ou contratar trabalho de menor de 14 anos.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Audiência aponta falta de verba para o São Francisco

Para debatedores, recursos do governo são insuficientes para conter o assoreamento e a redução da vazão de rios da bacia. Senadores criticam intenção de destinar dinheiro da venda da Eletrobras

VERBAS E AÇÕES de revitalização da Bacia do Rio São Francisco são insuficientes para resolver problemas como o processo de assoreamento e diminuição de vazão dos rios. A necessidade de mais recursos para a recuperação de áreas degradadas é considerada urgente pelos participantes de debate promovido ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). A audiência discutiu a segurança hídrica e a gestão das águas nas Regiões Norte e Nordeste.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) estima em R\$ 30 bilhões os investimentos necessários para a recuperação e aponta a revitalização como fundamental para garantir a qualidade da água e a vazão eficiente dos rios. As obras de transposição do São Francisco custaram até agora cerca de R\$ 10 bilhões.

— Era previsto o mesmo valor para a transposição e para a revitalização. A revitalização ainda está esperando pelos recursos que são essenciais, imediatos e fundamentais para reverter essa crise atual — afirmou o presidente do CBHSF, Anivaldo de Miranda Pinto.

Senadores criticaram a possibilidade de destinação de recursos por meio da privatização da Eletrobras.



Fátima Bezerra conduz debate sobre a revitalização do São Francisco

De acordo com Lídice da Mata (PSB-BA), o governo pretende liberar R\$ 9 bilhões da privatização da estatal para a revitalização do Rio São Francisco, mas em parcelas ao longo de 30 anos. A recuperação do São Francisco ficaria com R\$ 350 milhões anuais do 1º ao 15º ano de contrato das hidrelétricas. O valor passaria para R\$ 250 milhões do 16º ao 30º ano.

Matrizes

Lídice afirmou que os recursos são insuficientes e defendeu a redefinição das matrizes energéticas, com maior incentivo à geração de energia eólica e solar, deixando a água para o consumo humano e animal.

— Ao se fazer a privatização da empresa, se privatizará a gestão de parcela significativa

do rio. Os investidores privados estarão preocupados em manter prioritariamente o uso da água para a geração de energia.

A presidente da CDR, Fátima Bezerra (PT-RN), defendeu a união de esforços de municípios, estados, governo federal e sociedade civil em busca de soluções para a revitalização do São Francisco e também criticou a privatização da Eletrobras.

— Não vamos aceitar vender a Eletrobras a preço de banana se esse for o caminho para garantir a revitalização.

Na opinião de Elmano Férrer (PMDB-PI), falta planejamento para que a Região Nordeste pare de sofrer com a escassez de água.

— Temos agido apenas como bombeiros, mas não como planejadores — disse o senador.

Plenário aprova indicação de embaixador para países africanos

A indicação do diplomata Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra para a chefia da representação brasileira em cinco países da África foi aprovada ontem em Plenário.

Coimbra será embaixador no Quênia, acumulando ainda as representações brasileiras em Ruanda, Uganda, Somália e Burundi.

Cubano de nascimento, o

diplomata é graduado em antropologia pela Universidade de Brasília (UnB) e iniciou a carreira diplomática em 1986. Desde 2011, é chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério do Meio Ambiente.

Coimbra tem dedicado sua carreira a questões ambientais e à promoção do desenvolvimento sustentável.

Senadores avalizam escolha de economista para o Dnit

Foi aprovada ontem no Plenário a indicação do economista Mauro de Moura Magalhães para o cargo de diretor de Administração e Finanças no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

Indicado ao cargo pela Presidência da República, Magalhães é funcionário de

carreira do Ministério dos Transportes desde 1983 e atualmente responde pela Coordenadoria-Geral da Diretoria de Administração e Finanças. Entre 2009 e 2015, foi subsecretário de Planejamento e Orçamentos do ministério. No Dnit, foi coordenador da Diretoria-Geral entre 2006 e 2008.

Indicação de farmacêutica para diretoria da Anvisa avança

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou a indicação da farmacêutica Alessandra Bastos Soares para a diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Também foi aprovado o pedido de urgência para a análise da mensagem (MSF 68/2017) no Plenário.

O fato de Alessandra não ter experiência de gestão na

área pública foi questionado por Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Eduardo Amorim (PSDB-SE).

Ela respondeu que sua indicação busca “uma leitura mais ágil nos procedimentos, principalmente dos que requerem mais celeridade”, mas disse que esse viés “não significa comprometer a segurança e eficácia dos medicamentos e produtos”.

Jovens senadores de 2017 apresentam projetos em comissões

Cada uma das comissões temáticas em que foram distribuídos os participantes do Projeto Jovem Senador 2017 apresentou e aprovou ontem uma proposta legislativa. A votação final das propostas está marcada para as 14h de amanhã, no Plenário.

A proposta da Comissão Cecília Meireles sugere a monitoria escolar remunerada em instituições públicas de ensino médio. O objetivo é concentrar as atividades dos estudantes dentro do ambiente escolar, explica a jovem senadora Bruna Neri, do Distrito Federal.

— As monitorias ocorrerão no contraturno escolar — disse.

Na Comissão Nísia Floresta, outra sugestão prevê ação judicial contra a divulgação de conteúdos falsos (*fake news*) ou ofensivos em páginas da internet. A ideia é não apenas garantir a punição dos infratores, mas promover o uso consciente e responsável da liberdade de expressão.

— Notícias falsas podem gerar mortes e violência — afirmou Willyane Pontes, jovem senadora de Pernambuco.

Na Comissão Sobral Pinto foi apro-

vado o projeto que sugere a implementação do Portal da Transparência da Saúde. Para Rafael Ramon Santos, da Bahia, a proposta poderá agilizar o andamento das filas do Sistema Único de Saúde (SUS).

— O paciente poderá acessar resultados de exames, ser alertado sobre campanhas e saber quais medicamentos encontram-se disponíveis.

Aprovadas, as propostas poderão ser analisadas pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e transformadas em projetos de lei.

Paulo Paim elogia projeto e diz que jovens desejam ser políticos

Paulo Paim (PT-RS) elogiou ontem o Projeto Jovem Senador. O senador lembrou ter sido ele que, há oito anos, encaminhou à Mesa a proposta para viabilizar esse projeto, que está em pleno andamento. Ele disse que os jovens senadores estão animados.

Segundo Paim, muitos confessaram querer se candidatar a cargos eleitorais.



Waldemir Barreto/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Aumento dos repasses a prefeituras segue ao Plenário e ganha urgência

Mudança na Constituição foi aprovada na CCJ, com emenda do relator que escalona o acréscimo de 1% no FPM até 2021

O PLENÁRIO APROVOU requerimento com calendário especial de tramitação para agilizar a votação de um reforço para o caixa do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que pode chegar a R\$ 5,6 bilhões em 2021. A PEC 29/2017 foi aprovada ontem também pela Comissão de Constituição e Justiça.

A proposta, de Raimundo Lira (PMDB-PB), aumenta em 1% o repasse

da União ao fundo, cujas fontes são o Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Esse acréscimo de receita deverá ser repassado anualmente em setembro.

O autor argumenta que a iniciativa é muito importante em função da atual fragilidade fiscal das prefeituras, especialmente as pequenas, que são mais dependentes dos repasses do FPM.

A PEC altera o artigo 159 da Consti-

tuição, sobre a distribuição de receitas tributárias.

O parecer foi aprovado com emenda do relator, Armando Monteiro (PTB-PE), determinando que a elevação do repasse seja gradativa. Pela emenda, seriam 0,25% a mais nos anos de 2018 e 2019 e 0,5% a mais em 2020, totalizando 1% somente em 2021. Em 2018, o aumento do repasse corresponderia a mais de R\$ 1,1 bilhão.

Para Otto, aumento do FPM foi o possível diante das restrições fiscais do governo

Otto Alencar (PSD-BA) ressaltou ontem no Plenário que diversos programas criados pelo governo federal são de responsabilidade quase exclusiva dos municípios. Para ele, o aumento de 1% do FPM não é o ideal, mas o possível diante das restrições orçamentárias “gravíssimas” neste ano e no próximo.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado

Armando Monteiro, relator da PEC que reforça caixa dos municípios em R\$ 5,6 bi em 2021

Governador pede a Eunício votação de projeto que autoriza venda de créditos

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, recebeu ontem o governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, que pediu a aprovação do PLS 204/2016, que trata da securitização da dívida ativa. A medida pode ajudar a recuperar o caixa de estados e municípios porque permite vender a instituições privadas créditos oriundos de parcelamentos administrativos ou judiciais.

— É um alívio significativo para o caixa. Não é endividamento, mas antecipação de valor que vai ser recebido. São prestações da dívida ativa adiantadas através de operação no sistema financeiro. Então é possível, desde que haja autorização legal — disse Pimentel.

A expectativa é que o projeto seja votado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na terça-feira. Se for aprovado no colegiado, o presidente do Senado disse que não terá problemas em pautar o texto no Plenário no mesmo dia ou na sessão deliberativa do dia seguinte.

Com a Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Pode voltar cobrança de ICMS na exportação de produtos não industrializados

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem proposta de emenda à Constituição que retoma a cobrança do ICMS na exportação de produtos não industrializados e semielaborados. A PEC 37/2007 é de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e recebeu substitutivo do relator, Antonio Anas-

tasia (PSDB-MG). A proposta segue para o Plenário do Senado.

Se a PEC for aprovada pelo Congresso, apenas os produtos industrializados serão desonerados do imposto, como prevê Constituição. Em 1997, a Lei Kandir ampliou a desoneração para os produtos primários

e semielaborados, mas, apesar de ter previsto o ressarcimento, pela União, das perdas dos estados, os prejuízos não teriam sido compensados.

Para os senadores que apoiam a proposta, a questão causa um permanente conflito.

“A União nunca ressarcir a con-

tento os estados das perdas dela decorrentes. Mesmo agora, no âmbito da Comissão Mista Especial sobre a Lei Kandir, a União não demonstra boa vontade para tratar do assunto e trabalha para manter a ausência de regras claras”, observou Anastasia em seu parecer.

PEC obriga presidente a fazer balanço anual sobre resultados da educação

A Constituição poderá obrigar o presidente da República a apresentar anualmente ao país, na primeira quinzena de janeiro, um balanço dos resultados educacionais do ano anterior e as metas para o ano que começa.

De Cristovam Buarque (PPS-DF), a proposta (PEC 80/2007) foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e segue para o Plenário. O autor entende que esse pronunciamento contribuirá para mobilizar pais, professores, meios de comunicação e empresas no começo do ano letivo.

— Sabe-se que na era do conhecimento não há futuro para a economia,

para a sociedade nem para o país que não fizer uma revolução em sua educação, atualizando-a com as exigências do mundo atual.

Relator, Acir Gurgacz (PDT-RO) disse que o pronunciamento em si não mudará situação do setor educacional, mas fará com que o presidente da República lidere um movimento nacional em torno da questão.

— O presidente terá que dizer por que as 20 metas do Plano Nacional de Educação não estão sendo atingidas e se comprometer com o cumprimento, com a destinação de 10% do PIB para educação até 2024.

Fátima defende título de Paulo Freire como patrono da educação

A sugestão apresentada ao Senado que retira de Paulo Freire o título de Patrono da Educação Brasileira foi criticada por Fátima Bezerra (PT-RN).

Para a senadora, a sugestão é fruto da ignorância e submete o educador a uma segunda punição pelo Estado.

— Nós estamos tratando do maior pensador, do maior filósofo, do maior educador de todos os tempos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Viana quer explicações para o aumento de preço dos combustíveis

Jorge Viana (PT-AC) quer que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) cobre da Petrobras os motivos que levaram a estatal a aumentar o preço dos combustíveis e do botijão de gás. Muitas famílias, destacou, estão tendo que usar fogões a lenha ou carvão.

— A Petrobras é só de fachada estatal, porque na prática virou empresa privada — disse o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Gurgacz apoia PEC e implantação de escola em tempo integral

Defensor da implantação da escola em tempo integral, Acir Gurgacz (PDT-RO) afirmou que a ideia tem recebido apoio em todo o Brasil.

Para o senador, investir em educação pode transformar o Brasil em um país desenvolvido e com justiça social. Gurgacz também pediu apoio à PEC 80/2007, de Cristovam Buarque (PPS-DF), que obriga o presidente a fazer um balanço anual dos resultados educacionais.

Randolfe Rodrigues relata fraude na Estrada de Ferro do Amapá

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) destacou, em Plenário, o entendimento do Ministério Público de seu estado de que houve fraude na transferência da concessão da Estrada de Ferro do Amapá.

O senador pediu que a denúncia tenha uma decisão breve pela Justiça do Amapá, para que haja cassação do processo da transferência.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado

Autor da proposta, Cristovam Buarque conversa com o presidente da CCJ, Edison Lobão

Empréstimos ao Grupo EBX tiveram garantia, diz Eike

Ouvindo pela CPI que investiga irregularidades na liberação de recursos do BNDES, o empresário disse que não tem dívidas com a instituição e que empréstimos contaram com lastro de bancos privados

O EMPRESÁRIO EIKE Batista, dono do Grupo EBX, disse ontem que não tem dívidas com o BNDES porque os empréstimos que obteve foram cancelados e, quando conseguidos, contaram com a garantia de bancos privados. Ele prestou depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do BNDES, que investiga supostas irregularidades em empréstimos concedidos pela instituição.

Eike disse que o Grupo EBX manteve projetos de infraestrutura e geração de energia que totalizaram R\$ 120 bilhões e “beneficiaram o Brasil como um todo”, dos quais o BNDES participou “com mais ou menos R\$ 15 bilhões”. As obras estão no Maranhão, no Ceará e no litoral fluminense.

— Esses projetos receberam recursos do BNDES, mas foram repasses garantidos por bancos privados, o Bradesco, o Santander, garantias pessoais, ativos e recebíveis. No meu caso, em relação ao BNDES, devido à crise do grupo, foram repassados a novos sócios internacionais.



Eike Batista fala à CPI do BNDES, presidida pelo senador Davi Alcolumbre

Eike, que cumpre recolhimento domiciliar noturno por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), é acusado de corrupção ativa e lavagem de dinheiro pela Operação Lava Jato.

O empresário afirmou que os problemas do EBX começaram com a queda no preço internacional do petróleo. Ele defendeu a criação de uma “Embreaer dos mares” como forma de dar suporte à exportação petrolífera. E também criticou a administração da Petrobras.

— A Petrobras começou a demitir e toda a cadeia de suprimento atrás do petróleo, que era gigantesca, acabou.

Em resposta ao senador Jorge Viana (PT-AC), o empresário afirmou que a execução de obras requer estudos e que as executadas no Porto de Açu, no litoral fluminense, “começaram do zero”.

— Era uma fazenda com 15 quilômetros de praia, um pasto que se tornou porto graças a um projeto lastreado em uma mina de ferro em Minas e nos megacampamentos de petróleo.

Ex-procurador admite que atuou para a JBS antes de deixar o MP

O ex-procurador da República Marcello Miller admitiu, em depoimento ontem à CPI mista da JBS, que atuou para o grupo J&F enquanto ainda fazia parte do Ministério Público no processo de acordo de leniência que a empresa tentava celebrar com os governos do Brasil e dos Estados Unidos, mas disse que não cometeu crime nem traiu a instituição ao fazer isso.

Ele negou ainda ter orientado o empresário Joesley Batista, um dos controladores do grupo, a gravar conversa com o presidente Michel Temer e com Aécio Neves (PSDB-MG).

Miller, que fazia parte da equipe do ex-procurador geral da República Rodrigo Janot, é suspeito de orientar os donos da JBS antes de deixar o Ministério Público para atuar como advogado da própria JBS no processo de acordo de leniência. A prisão dele chegou a ser pedida por Janot, mas não foi aceita pela Justiça.

O ex-procurador explicou que sua atuação para a JBS antes de deixar o cargo não pode ser classificada como consultoria, assessoria ou trabalho. Segundo ele, o que fez foi uma “atividade preparatória”, sem remuneração ou contrato, que visava acordos de colaboração entre a empresa e autoridades

brasileiras e americanas.

Ele considerou, porém, ter cometido “uma lambança” ao decidir deixar o Ministério Público para atuar para a JBS sem considerar como isso seria interpretado.

Miller disse que recebeu R\$ 1,6 milhão do escritório de advocacia Trench, Rossi e Watanabe, que prestava serviços para a JBS, apenas depois de ter deixado o Ministério Público. O escritório foi contratado para tratar do acordo de leniência, mas acabou deixando a defesa da empresa.

Dúvidas

Integrantes da CPI contestaram as respostas. O presidente da comissão, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), apresentou cronologia que, segundo ele, demonstra que Miller assessorava a JBS desde fevereiro, mais de dois meses antes de deixar o cargo público.

— A ganância cegou Miller e, ao longo de fevereiro, ele esqueceu que ainda era procurador da República e passou a orientar os empresários. Temos provas de que nesse período tirou dúvidas jurídicas e viajou a mando do escritório. Tudo antes de comunicar seu afastamento do MP — afirmou.

Da Agência Câmara

CMO aprova relatório de emendas coletivas ao Orçamento de 2018

A Comissão Mista de Orçamentos (CMO) aprovou ontem o relatório do Comitê de Análise de Admissibilidade das Emendas Coletivas. Das 629 emendas coletivas apresentadas ao projeto orçamentário de 2018 (PLN 20/2017), apenas 13 foram rejeitadas por problemas técnicos. Nessa fase, não há análise de mérito.

A aprovação aconteceu depois de acordo sobre quatro emendas da Mesa do Senado que foram objeto de destaque para votação em separado. O líder do PT na comissão, deputado Bohn Gass (RS), não aceitou a destinação das emendas. Segundo ele, duas delas beneficiariam um estado em detrimento dos demais. Bohn Gass afirmou que uma das 13 emendas rejeitadas era da bancada gaúcha e que a aprovação das propostas do Senado levaria a um desequilíbrio no Orçamento federal.

O contraponto foi feito pela deputada Laura Carneiro (PMDB-RJ). Para ela, rejeitar as emendas seria deixar o Senado fora do próximo Orçamento, uma atitude pouco razoável por parte da comissão. Ela teve o apoio do líder do governo no

colegiado, deputado Claudio Cajado (DEM-BA).

— A Mesa do Senado representa a vontade do próprio Senado. Não podemos deixar de relevar isso — disse Laura.

Para evitar que um pedido de verificação de quorum derubasse a reunião, o deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE) propôs acordo para manter a inadmissão apenas de uma das emendas, que destinava recursos para a construção de barragem. A proposta foi aceita e o relatório foi finalmente aprovado.

Relatórios setoriais

Também foi apresentado ontem o primeiro dos 16 relatórios setoriais ao projeto orçamentário que devem ser entregues à CMO. Os relatórios analisam os orçamentos individuais de Executivo e demais Poderes. O primeiro, referente à área de indústria e comércio, é relatado por Lídice da Mata (PSB-BA). O presidente da comissão, senador Dário Berger (PMDB-SC), informou que pretende fazer a primeira reunião de discussão e votação dos relatórios setoriais na segunda-feira.

Com a Agência Câmara

Brasil e Argentina querem revisar barreiras comerciais

As agências de vigilância sanitária do Brasil e da Argentina devem revisar de forma conjunta e harmônica as barreiras não tarifárias que dificultam o comércio entre os dois países. A opinião é de senadores, deputados e especialistas que participaram ontem de uma audiência sobre o assunto, promovida pelo Grupo Parlamentar Brasil-Argentina.

O presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), Fernando Collor (PTC-AL), classificou como “burocrático, extremamente oneroso e absurdamente lento” o processo usado pelos dois países para o reconhecimento recíproco de certificações sanitárias e fitossanitárias.

— Todos os países que se julgam produtivos pelo número de normas, decretos e portarias estão dando sinais de cansaço. Não têm mais condições de lidar com tantas regras e proibições. Por que não uma certificação conjunta, estimulando o comércio bilateral e a cooperação criativa? — indagou Collor.

A presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), disse que Brasil e Argentina precisam “remover



Fernando Collor e Carlos Magariños debatem com Paulo Estivallet

barreiras e obstáculos anacrônicos”, respeitando os padrões de excelência na qualidade dos produtos exportados.

— Existe uma longa lista de setores que poderiam ser beneficiados por um espírito de cooperação entre os dois países, como o abacate brasileiro e o camarão argentino.

O Brasil exportou o equivalente a US\$ 82 bilhões para a Argentina em 2017. Para o representante do Ministério da Agricultura, Eduardo Marques, o excesso de barreiras não tarifárias e o eventual fechamento do mercado consumidor argentino provocaria “uma crise social” nos estados produtores brasileiros.

— Sem mercado externo, estamos condenados. A produção do Brasil teria que ser reduzida em pelo menos 30%. A Agência Nacional de

Vigilância Sanitária (Anvisa) mantém acordos de cooperação com o órgão equivalente argentino, a Administración Nacional de Medicamentos, Alimentos y Tecnología Médica (Anmat). Mas, para a assessora-chefe de Assuntos Internacionais da Anvisa, Bianca Giacomini, a Anmat precisa “se abrir mais”.

O representante do Ministério das Relações Exteriores, Paulo Estivallet, defendeu a harmonização dos regulamentos técnicos que orientam as relações bilaterais.

O embaixador da Argentina no Brasil, Carlos Magariños, sugeriu a criação de uma agência bilateral para regular o comércio entre os países, inspirada na Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares, criada em 1991.